

PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO (2002-2012)*

Priscila Alves Rodrigues**
Alfredo Alejandro Gugliano***

RESUMO

Nesse trabalho, apresenta-se uma reflexão teórica sobre o movimento estudantil brasileiro com base nos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema na última década (2002 a 2012) e, na análise de 14 estatutos de Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's), contemplando as cinco regiões geográficas do país. Considerando as evidências empíricas do distanciamento observado entre o movimento estudantil e os estudantes nos dias de hoje, o presente trabalho tem seu foco na ampliação do conhecimento sobre a realidade política específica do movimento estudantil, tendo como pano de fundo o campo da Ciência Política Contemporânea. O objetivo deste estudo é analisar os processos de participação e representação presentes no movimento estudantil brasileiro. Para isso, foi realizado um estudo prioritariamente qualitativo, onde os dados foram coletados a partir da revisão da literatura e pesquisa documental. Como resultado da análise dos dados, pode-se verificar que diferentes perspectivas sobre movimento estudantil são abordadas, porém um número reduzido de artigos trabalham com o tema da participação política. Além disso, a análise dos estatutos das entidades selecionadas, permitiu uma avaliação sobre os espaços de representação presentes nos DCE's, além de apontar dificuldade de inserção de uma

* Este artigo foi produzido com base no Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, defendido em janeiro de 2013, segundo orientação do Professor Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, do Departamento de Ciência Política da UFRGS, com o título: A crise de representatividade do movimento estudantil.

** Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP | UFRGS). Contato: priscila.priae78@gmail.com

*** Doutor em Ciências Políticas e Sociologia (Universidad Complutense de Madrid, Espanha). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do CNPq. Contato: alfredogugliano@hotmail.com

participação estudantil de fato no sistema de organização do movimento estudantil.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil brasileiro. Representação. Participação. Política.

ABSTRACT

This work presents a theoretical reflection about the Brazilian student movement based on academic papers about the theme produced over the last decade (2002 to 2012) and analysis of 14 statutes of Students Central Directory, including the five geographical regions of the country. Considering the empirical evidences of the noticed gap between the student movement and the students currently, this work focuses on extending knowledge about the specific political reality of the student movement, having as background the field of the contemporary Political Science. The aim of this study is to analyze the processes of participation and representation present in Brazilian student movement. Therefore, a primarily qualitative study was conducted, where the data were collected from bibliographic and documental research. As a result of the data analysis, it can be seen that different perspectives about the student movement are covered, but few articles deal with the issue of political participation. Furthermore, the analysis of the statutes of the selected entities allowed an assessment of representation spaces present in SCD's (Students Central Directory), also pointing out the difficulty of really inserting student participation in the organizational system of the student movement.

KEYWORDS: Brazilian student movement. Representation. Participation. Policy.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa os processos de participação e representação presentes no sistema de organização e atuação do movimento estudantil universitário brasileiro atual, com base nos trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos 10 anos (2002 a 2012), além da análise de 14 estatutos de Diretórios Centrais de Estudantes. Entende-se o movimento estudantil como sendo um importante espaço de atuação política dos estudantes universitários além da possibilidade de ingresso dos mesmos, na vida política da sociedade.

Dialogando com uma concepção mais ampla de movimento estudantil, considerado enquanto um agrupamento de atividades de

iniciativa estudantil, com objetivos em comum e interferência nos espaços de atuação, ou ainda, como define Feuer (1969) “como uma coalização de estudantes inspirada por uma rebelião emocional em que estão latentes a desilusão e a rejeição dos valores da velha geração” (FEUER, 1969 apud BRINGEL, 2009), podemos identificar previamente o Movimento Estudantil Brasileiro como um movimento plural, explicado a partir de diversas óticas, com diferentes formas organizativas diretamente influenciadas pela conjuntura política e especificidades de cada região, portanto de difícil generalização.

O movimento estudantil brasileiro, principalmente a partir dos anos 2000, vem sendo tema de trabalhos dentro do meio acadêmico, em diferentes áreas das ciências humanas e sociais: como nas pesquisas de Marcos Ribeiro Mesquita (2003, 2004, 2006 e 2009), que trazem a perspectiva da temática juvenil, com ênfase nas identidades coletivas e participação política dos estudantes dentro do Movimento Estudantil; Angélica Muller (2010) que alia o tema da Ditadura Militar no Brasil e o seu reflexo na UNE (União Nacional dos Estudantes) e no movimento estudantil brasileiro como um todo; além da pesquisadora Priscila Fernanda da Costa Garcia (2010) que insere trabalhos acadêmicos referente à discussões sobre gênero relacionado ao movimento estudantil, entre outros.

Porém, pouco difundidas são as pesquisas que visam analisar as instâncias políticas e representativas no interior do movimento estudantil, na busca de compreender como os modelos de democracia participativa e representativa se expressam na dinâmica de suas organizações (uniões nacional e estadual de estudantes, diretórios centrais de universidades e diretórios acadêmicos de unidades, por exemplo). Ou ainda, trabalhos que retratem a dificuldade, hoje em dia, das entidades estudantis de organizar e mobilizar os estudantes a levarem adiante pautas e reivindicações que unifiquem as diferentes expectativas presentes no seu âmbito de intervenção, destacando os problemas decorrentes da crise de representatividade das organizações estudantis.

Deve-se reconhecer que a temática da crise da representatividade já vem sendo trabalhada no Brasil com a finalidade de interpretar as dificuldades da organização de diferentes setores no país, no período de redemocratização, pós-1984 (DEITOS; LIMANSKI, 2006; GOHN, 1999), fenômeno que também tem

impacto em aspectos gerais da vida política brasileira, como a questão da baixa participação eleitoral e as dificuldades enfrentadas por diversos partidos políticos em se estruturar como reais portavozes da população (COCCO, 2009; COSTA, 2005, 2008 e 2010; MAIR, 2003; MIGUEL, 2003; NOVARO, 2000).

Inserindo-se nos estudos da área da ciência política contemporânea, em uma perspectiva que prioriza a análise do movimento estudantil brasileiro, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar os processos de representação e participação do movimento estudantil no meio universitário. Pretendeu ainda desenvolver uma análise sobre o que vem sendo escrito a respeito do movimento estudantil brasileiro, assim como verificar as questões que afetam diretamente a organização no meio estudantil, auxiliando na construção de um conceito de participação estudantil que vá além dos processos representativos de sufrágio.

Como forma de desenvolver a análise, inicialmente foi realizada uma revisão da literatura sobre os temas e conceitos propostos, na qual foi possível recolher um número substantivo de publicações que abordam a problemática do movimento estudantil brasileiro, principalmente no período que vai de 2002 a 2012. Além da busca de abordagens teóricas sobre movimento estudantil, representação e participação política e, da crise da representatividade.

Referente à metodologia de estudo, se recorreu a um estudo prioritariamente qualitativo, compreendendo uma revisão da literatura e uma pesquisa documental. Ainda pouco utilizados como principais métodos de análise (comumente vistos como técnicas de apoio), cabe realizarmos uma diferenciação entre as duas. A revisão da literatura (ou ainda pesquisa bibliográfica) procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, sendo “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2007 apud ALMEIDA, GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009). Já a pesquisa documental, difere-se da primeira pela natureza das suas fontes, pois

a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam

tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 06)

Para tanto, foi realizada a coleta e análise de documentos, fundamentalmente aqueles relacionados com a descrição da normatização e funcionamento das organizações estudantis (os estatutos estudantis), trabalho que teve como intuito conhecer a especificidade interna das entidades estudantis.

Frente a impossibilidade de realizar uma pesquisa que envolva o conjunto total de organizações relacionadas, na presente análise foram recolhidos documentos em 14 DCE's (Diretórios Centrais de Estudantes) entre as 98 Universidades Federais e Estaduais brasileiras. A fim de calcular a amostra para a referida pesquisa, foi considerado um total de universidades que, além de possuírem DCE, deveriam ter os estatutos disponíveis de forma "online" (N=57), onde foram divididos por 14 (número aleatório). O resultado (4,07) é o intervalo aleatório da amostra e, verificando a tabela de números aleatórios, determinou-se a primeira universidade a ser trabalhada e, utilizando o intervalo amostral, verificou-se em uma listagem as demais 13 universidades que seriam analisados os respectivos estatutos de seus DCE's (Quadro 01).

Tendo essa proposta como norte, o presente trabalho estará sendo dividido em 03 partes, além da presente introdução e as considerações finais. Na primeira parte, faremos uma breve exposição dos trabalhos publicados sobre o movimento estudantil no Brasil, dos anos 2000 até o período atual, com o objetivo de visualizar as diferentes perspectivas sobre o movimento estudantil, tendo por finalidade apontar os escassos trabalhos referente a participação política no movimento estudantil. A segunda parte pretendeu realizar abordagem teórica sobre os conceitos que foram trabalhados durante a pesquisa, além de uma explanação sobre o conceito de movimento estudantil relacionando-o com o levantamento bibliográfico realizado. Na terceira e última parte, o trabalho atenta para análise dos estatutos recolhidos durante o processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO UMA CATEGORIA PARA ANÁLISE

Por atravessar diversas modificações durante as últimas três décadas, o movimento estudantil pode ser definido de múltiplas formas. Porém, cabe em um primeiro momento problematizar a dificuldade em encontrar estudos que explicitem um conceito fechado de movimento estudantil. Tal constatação foi observada na revisão da literatura, quando foi percebido que mais de 90% dos trabalhos coletados focam suas pesquisas em contextualizações históricas do movimento estudantil durante o Regime Militar ou ainda no papel da UNE desde sua criação até os dias atuais.

Partindo da dificuldade apontada e da premissa de ser um tema de difícil generalização, utilizaremos *a priori*, uma definição mais geral de movimento estudantil, como ponto de partida para busca de características que possam levar a construção de um conceito. Previamente, o identificaremos como um movimento plural, com diferentes formas organizativas, diferentes formas de atuação, diretamente influenciadas pela conjuntura política e especificidades de cada região. Em cada trabalho analisado na revisão da literatura, diferentes aspectos de movimento estudantil foram grifados, onde as peculiaridades mais significativas foram sintetizadas abaixo, seguidos de uma análise para cada ponto exposto.

O movimento estudantil pode ser configurado tanto por objetivos internos e específicos, quanto amplos e gerais. Quando apontamos para os debates próprios do meio onde está inserido – ensino superior – tomando forma a partir de discussões sobre currículos, formação profissional, infraestrutura da Universidade, etc., resgatamos as questões internas do movimento. Como apontado por Freire (2010), um dos objetivos mais claros do movimento estudantil durante as décadas seria a reforma da universidade e a busca por sua transformação.

Segundo Angélica Muller, em sua tese de doutorado sobre a atuação do movimento estudantil brasileiro entre 1969 e 1979, houve neste período a concentração de discussões sobre Reforma Universitária, pois “os estudantes acreditavam, de uma maneira geral, na possibilidade de uma reforma que permitisse a solução dos grandes problemas educacionais e tivesse como critério sua possível

contribuição para o desenvolvimento social da maioria da população” (MULLER, 2010, p. 59).

Quanto a objetivos ampliados (heranças do período da ditadura civil-militar no Brasil) o movimento estudantil vem buscando ultrapassar os limites físicos (e subjetivos) da universidade

para os estudantes, de nada adiantava somente discutir, fazer manifestações e tomar conta somente de seus interesses. Para eles, era importante também agir e ir além dos muros da universidade, lutar pela democracia, pelos direitos do cidadão, enfim, por aquilo que faria diferença para a sociedade em si. (FREIRE, 2010, p. 23).

A utilização de projetos de extensão (uma das possibilidades institucionais de usar-se dos conhecimentos adquiridos dentro da universidade para além dela) quando ocorrem por iniciativa do movimento estudantil, ainda são pouco publicizados. Porém, há alguns grupos não institucionais e juventudes de partidos de esquerda que procuram desenvolver debate dentro do movimento estudantil referente a projetos de Universidade Popular, por exemplo, retomando as discussões sobre a reforma universitária e aliando objetivos internos e externos. Assim, conhecer tanto seu local de estudo, quanto a realidade das universidades brasileiras (além das realidades sociais que se encontram inseridos), são exemplos de objetivos que o movimento estudantil almeja.

Relacionada com a caracterização do movimento estudantil como sendo um local de identificação de demandas, potencialmente o movimento estudantil leva consigo o papel de mostrar aos estudantes as contradições presentes dentro da Universidade, com objetivo de empoderá-lo para atuar sobre estas diversidades também fora da comunidade acadêmica. Silva (2006) ainda define o papel do movimento estudantil como sendo o de “despertar o cidadão discente quanto a seus direitos e o reflexo de suas atitudes e ações na sociedade”.

Assim, o ingresso no movimento estudantil pode ser visto como uma das primeiras formas de ligação dos estudantes universitários com a vida política, influenciando na ocupação de espaços dentro da universidade e, podendo traduzir-se em alternativas para mudança da realidade social. Entretanto, podemos

identificar um paradoxo referente a este aspecto, pois ao mesmo tempo em que agrega muitos estudantes, autores como Mesquita (2003) apontam que as práticas de organização tradicionais e viciadas dentro do movimento têm desmobilizado muitos outros. Porém, como cita Tarrow (2009),

é mais fácil para as pessoas empregarem uma forma de ação coletiva que saibam usar, e isso explica a predominância das formas convencionais sobre todas as outras. (...) Por exigirem relativamente pouco compromisso e envolverem baixo risco, as formas convencionais de ação coletiva podem atrair participantes em grande número. (TARROW, 2009)

A explicação deste fenômeno pode estar relacionado ao fato dos estudantes ainda estarem acostumados a relacionar a política aos processos eleitorais do sistema partidário brasileiro, sentindo-se contemplados com este tipo de “atuação política”, logo que entram na Universidade. A identificação do movimento estudantil como sendo um movimento social, pode tanto incorporar uma interação complexa entre os indivíduos e sua realidade social (a realidade objetiva do local de estudo o qual está inserido) gerando processos educativos, quanto na busca de uma identidade coletiva, como forma de agregar interesses em comum.

Apesar da estrutura do movimento estudantil ser essencialmente institucionalizada (formada pelas entidades de base e demais estruturas organizativas), podemos ainda considerar outras características que estão presentes em certas concepções de movimento estudantil existentes: os processos educativos e não institucionais que muito se assemelham aos dos movimentos sociais.

Segundo Maria da Glória Gohn (1999),

a partir do envolvimento em Movimentos Sociais ou Estudantis, os sujeitos apropriam-se da linguagem, esquemas e concepções institucionais, assim como adquirem diversos conhecimentos e saberes. Sendo que, essa apropriação tem como objetivo (ou deveria ter) um projeto de construção de alternativas à nossa realidade, onde as relações de poder não mais determinarão nossos caminhos. (GOHN,1999).

A questão da formação política dos estudantes (enquanto militantes do movimento estudantil) perpassa estas apropriações de conceitos, siglas e estruturas de discurso, também presentes nos processos organizativos de alguns movimentos sociais. Bringuet (2009) considera que o movimento estudantil é um movimento social *sui generis*,

pois, movimentos estudantis, da mesma forma que os de mulheres, camponeses, indígenas, urbanos e outros, são movimentos sociais. (...) Nesse sentido, em primeiro lugar, as lutas, reivindicações e ações coletivas dos estudantes somente se traduzem em um movimento estudantil quando articulam uma série de elementos mínimos, que também estão presentes nos demais movimento sociais: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; (...) mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leve à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente. (BRINGUEL, 2009, p. 100-102)

Indo de encontro a esta perspectiva, o movimento estudantil, diferentemente dos movimentos sociais mais atuantes na sociedade, torna-se peculiar ao ser formado por indivíduos de diversas classes, causando disparidades tanto de projetos quanto de visões de mundo, caracterizando-se assim como policlassista. Freire (2008), por exemplo, ressalta esta característica ao colocar que estas disparidades acabam por ultrapassar o limite das divergências internas do movimento estudantil (de táticas, estratégias ou mesmo de programa político) "e chegam ao nível do antagonismo de classe" (FREIRE, 2008, p. 32). Mesmo assim, o movimento estudantil acaba por se apropriar e assumir uma postura de luta contra a todos os tipos de opressões e, principalmente, contra exploração capitalista (no caso de grupos "de esquerda"), pautas oriundas dos movimentos sociais classistas.

Estudantes universitários podem identificar o movimento estudantil na imagem de alguns indivíduos ou grupos políticos que tomam frente nas disputas de espaços e, podem assim representar os demais discentes perante a universidade. Marcos Ribeiro Mesquita (2003b) identifica as consequências desses processos de representação dentro do movimento estudantil, onde o mesmo se encontra:

Burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidário, ultrapassado... Estas são algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades. (MESQUITA, 2003a, p. 95-96)

Este excerto retirado do artigo “Movimento Estudantil: Práticas militantes na Ótica dos Novos Movimentos Sociais”, demonstra como o Movimento estudantil dentro da universidade ainda está muito ligado à forma mais tradicional do movimento, sendo aquele que aponta para entidades fechadas, que apenas servem de espaço para reprodução das ideologias partidárias presentes na sociedade brasileira.

Desde a década de 1970, há discussões sobre o caráter institucional do movimento estudantil, como demonstra Muller (2010) ao retomar em seu trabalho de análise dos documentos sobre a reconstrução do DCE da USP no período citado, descrevendo o histórico da criação e do esvaziamento do CCA (Conselho de Centros Acadêmicos), órgão coordenador dos CA's, substituto provisório do DCE (pois as instituições centrais de estudantes estavam proibidas). Muller chegou a conclusão, a partir das divergências sobre a representatividade do CCA que existiam diferentes concepções de representação presentes nas discussões, reforçando a ideia da presença de diferentes correntes políticas atuando no movimento

Através dos documentos analisados, não é possível precisar quais correntes defendiam cada proposição, até porque esse ainda era um período de transição, no qual muitas correntes desapareceram (principalmente por causa da derrota da luta armada) e outras se formaram. (MULLER, 2010, p. 52).

Levando em conta a afirmação de Freire (2008), sobre a importância de entender como o movimento estudantil se organiza, sem deixar de lado a diversidade de "movimentos" na atuação estudantil nas instituições de ensino, "não podemos negar que esse movimento estudantil institucionalizado, que é marcado pela organização representativa dos estudantes em entidades é o que muitas vezes é visto como “movimento estudantil”” (FREIRE, 2008, p. 33).

O movimento estudantil assim pode ser considerado uma expressão que congrega um conjunto de atividades promovidas pela iniciativa estudantil, voltadas à consolidação tanto das entidades institucionalizadas, quanto na busca de uma perspectiva transformadora da sociedade e de independência do pensamento e da ação, levando-se em consideração as diferentes condições objetivas de cada contexto.

Dialogando com a concepção mais ampla de movimento estudantil, como sendo um agrupamento de atividades de iniciativa estudantil, com alguns objetivos em comum (determinados conjuntamente) e que interfere nos espaços de atuação, podemos identificar estruturas presentes dentro do movimento, sem deixar de citar as demais organizações não institucionais.

Nesse universo, entidades são organizações representativas de um conjunto de pessoas, de uma classe, de um setor. Representativas no sentido de estabelecer-se como uma instância organizativa daquele conjunto, que o representa perante outra instância. Devem ser permanentemente abertas possibilitando participação das mais diversas opiniões e orientações políticas e ideológicas.

Adquirem forma através dos Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's)¹: Entidade de base do movimento estudantil que representa os alunos de um determinado curso. O C.A. também mobiliza e organiza os alunos para participar, em cada faculdade, de manifestações públicas. E também por meio dos DCE's (Diretório Central dos Estudantes), considerando que,

O DCE deve ter esse contato direto com o CA, já que é muito mais difícil atingir todos os estudantes da universidade sem uma rede bem sustentada. Sem contar que o DCE tem o papel de dar suporte aos CAs, para eles se estruturarem, colocá-los por dentro dos assuntos mais gerais da universidade e envolvê-los nas lutas de todos os estudantes. Muitos cursos não têm CA, assim, o DCE pode estimular e ajudar para que os interessados achem caminhos para construir sua entidade. (FONSECA, 2008, p. 36)

Assim, o DCE é caracterizado como a entidade máxima de representação dos estudantes de uma Universidade. No Brasil,

¹ MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."CA's e DA's" (verbete).

atualmente, a livre organização dos estudantes em entidades como os centros acadêmicos é garantida por lei. Todavia, podemos ainda nos referir a outros espaços presentes no movimento estudantil que não estão diretamente ligados às entidades de base ou ainda à universidade, mas que exercem funções como abertura de espaços de participação direta e, podem ainda trabalhar em conjunto com os organismos institucionais. Dentre eles, podemos destacar grupos políticos ligados à partidos (como as diversas tendências partidárias), coletivos de estudos formados a partir das necessidades específicas de cada universidade, grupos religiosos, grupos ligados a questões de gênero, grupos acadêmicos (como os estudantes que trabalham em programas de iniciação a docência – PIBID – e, de educação tutorial - PET), etc. Cabe salientar que, dependendo da universidade a ser trabalhada com maior profundidade, diferentes grupos podem ser identificados.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM DESTAQUE

Representação e Participação, no período atual de democratização², andam juntas, pois as decisões tomadas a partir de espaços de participação (mesmo que dentro de um processo representativo) tendem a levar consigo e transferir para os sujeitos, uma maior carga de politização, disputa e qualidade crítica, características por certo perdidas dentro do movimento estudantil. Porém, há uma confusão aparente na diferenciação entre participação e representação dentro do movimento estudantil, pois os estudantes que se incluem nos processos estudantis acabam por colocar as mesmas expectativas e influências do sistema político brasileiro em suas ações dentro do movimento.

Falar de representação política é recordar-se de que se trata de

² Guillermo O'Donnell em seu trabalho “Democracia, agência e Estado” (2011), conceitua democratização como sendo “aquisição e amparo legal de direitos e liberdades, sustentadas de forma mais ampla e mais sólida, que dizem respeito aos aspectos civis, sociais e culturais da cidadania, também a expansão de liberdades e direitos políticos. Os graus e a solidez dessas expressões são uma medida, ainda que difícil, de calibrar empiricamente, do grau de democratização ou da qualidade da democracia em cada caso”.

um conceito essencialmente moderno, uma temática central na teoria do Estado Democrático Liberal. A representação nos estados modernos nasceu dentro de um processo de institucionalização da política com os processos eleitorais. No Brasil, a terceira fase de democratização³ desenvolveu-se no período entre 1985-1990, segundo ARTURI (2001), durante a presidência civil de José Sarney. Para compor este quadro teórico, partimos de dois pressupostos para entender a representação: consentimento para que outro governe em seu lugar e, a abertura de espaços para participação.

O primeiro seria o de que os cidadãos não governam de forma direta e sim, tem a opção de escolher seus representantes. Hanna Pitkin (2006) em seu trabalho “Representação: palavras, instituições e ideias”, realça nas primeiras páginas a complexidade da palavra representação, pois para contextualizar seu histórico de surgimento exige-se relatos detalhados de suas colocações na história. No decorrer da obra, Pitkin introduz algumas concepções sobre como a representação política pode se apresentar (formalista, descritiva e simbólica), mas por ora ficaremos com a primeira concepção.

A representação política na concepção formalista pode ser entendida a partir de duas questões: representação por autorização (origem da representação) e a questão da “responsabilização” (final do processo). O modelo mais conhecido dentro desta perspectiva é o modelo hobbesiano, pois, segundo Pitkin, Hobbes é considerado um dos teóricos da representação na medida em que o conteúdo do contrato social (que dá origem ao Estado moderno) tem por base um processo de representação, no estabelecimento de um representante que pode agir em nome de seus representados, possuindo assim autoridade ilimitada para fazê-lo.

Pitkin afirma ainda que

³ No período entre 1974 a 1982, iniciou-se a primeira fase do processo de democratização do Brasil, assinalado pela subida do General Geisel ao poder, levando consigo seu projeto de desenvolvimento gradual e seguro para o país. Caracterizou-se ainda pela supressão parcial da censura à imprensa, a valorização por parte do governo das eleições legislativas e, o início da liberalização do governo. A continuidade desse processo de liberalização, permitiu o início da segunda fase do processo de democratização (1982 a 1985), tendo como características criação de novos partidos políticos e, a sucessão presidencial. (KINZO, 2001)

Ao chamar o soberano de representante, Hobbes constantemente sugere que o soberano fará o que se espera que os representantes façam, não apenas o que lhe satisfaz. No entanto, a definição formal assegura que essa expectativa nunca pode ser invocada para criticar o soberano ou resistir a ele por não representar seus súditos como deveria. Na verdade, na definição explícita, não existe algo como um (não) representar como se deveria. (PITKIN, 2006, p. 29)

Já sobre a questão da responsabilização, Pitkin afirma que muitas críticas foram desferidas à Hobbes, pela ausência da noção de *accountability*, relacionada à falta de prestação de contas das ações do representante ao representado. Portanto, ambas as concepções seriam formalistas, por definirem-se fora da atividade de representação “em si”, não tratando do que acontece durante o processo.

Nadia Urbinati (2006) em seu trabalho “O que torna a representação democrática”, aponta que as teorias da representação (com objetivo de consolidar a democracia como forma de governo), seguiram por duas escolas diferentes de pensamento: modelo *eleitoral de democracia*, que une a concentração de poderes nas instituições políticas (competência) e a deliberação pelo voto (consentimento), como forma de legitimar-se perante a população. Já o modelo *representativo*, observa-se na teoria do consentimento (na tentativa de evitar concentração de poder nas instituições estatais), através da eleição não só no nível de escolha de representantes, mas também “como direito de participar em algum nível da produção das leis, não como um método de transferência das preferências idiossincráticas das pessoas a profissionais políticos” (URBINATI, 2006, p. 193).

No decorrer de sua obra, a autora coloca que podemos ver a representação a partir de três perspectivas: a jurídica e a institucional (que estão interconectadas em relação a concessão da autorização) e, a política, mais democrática e pluralista, onde a representação não precisa ser encontrada apenas nas entidades preexistentes e pertencendo aos agentes ou as instituições estatais e sim, podem designar uma forma de processo político (p. 201). Nesta terceira perspectiva, Urbinati expõe que a política representativa, tem a capacidade de espelhar:

a complexidade de opiniões e de influência política, nenhuma das quais é uma entidade computável aritmeticamente. Quando

traduzimos ideias em votos, tendemos às vezes a nos esquecer dessa complexidade e assumir que os votos refletem preferências individuais, ao invés de representarem opiniões. (URBINATI, 2006, p. 211)

A autora aponta em sua obra, o segundo pressuposto referente à conceituação de representação exposto neste trabalho, no sentido de ampliar espaços de participação dentro da representação, ao colocar que a mesma possibilita que todos os componentes da sociedade civil possam identificar-se politicamente e, de alguma forma, influenciar a direção política do seu país de origem, pois “sua natureza ambivalente – social e política, particular e geral – determina sua ligação inevitável com a participação” (p. 218).

A partir da contribuição de Urbinati (2006), podemos observar, por exemplo, que no Brasil a Constituição Federal de 1988, possibilitou o abertura de diversas formas de organização da sociedade, pois além das modificações da organização administrativa, permitiu mudanças político-institucionais, como a criação de mecanismos de intervenção da sociedade civil, impulsionando a implantação de mecanismos de participação dentro do sistema representativo.

A temática da participação tem como uma das principais referências a década de 1960, quando o conceito de participação política vem se popularizando e recebendo novos significados. Carole Pateman (1992), em seu texto “Teorias recentes da democracia e o ‘Mito Clássico’”, aponta que:

isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação – nesse caso na esfera da educação superior – e, também por parte de vários grupos que queriam, na prática, implementação dos direitos que eram seus, na teoria. (PATEMAN, 1992, p. 09)

Pateman (1992) argumenta ainda, que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em microesferas da vida social. No caso deste estudo, destacamos o papel educativo que a participação política dos estudantes dentro do movimento estudantil pode desempenhar, para sua atuação fora da universidade.

Sendo um conceito diverso, já foi interpretado por diversas óticas. Sani (1988)⁴ descreve um conceito mais geral de participação política, comumente aceito, "o voto, a militância partidária, a participação em manifestações, a contribuição em agremiações políticas, o participar de comícios ou reuniões, o apoio a um candidato e pressão sobre um dirigente" são exemplos de participação, onde os teóricos que sustentam essa visão do papel da participação são, em sua grande maioria, teóricos do governo representativo.

Ainda sobre esta mesma perspectiva, Regina Maria D. Carneiro, enfatiza que o conceito de participação política "é utilizado para designar uma série variada de atividades que vai desde o ato de votar até o exercício de cargos públicos" (CARNEIRO e MACHADO, 2009, p. 02), limitando o mesmo de forma restrita às esferas institucionais.

Ao se recorrer a conceituações que abram um espaço maior para a forma como os indivíduos veem a política e agem perante ela (seja coletivamente ou não), o conceito de participação política, numa perspectiva culturalista (que leva em consideração as dimensões subjetivas dos fenômenos políticos para explicar as questões relacionadas a consolidação da democracia, a partir de crenças, normas, valores e atitudes para explicar o sistema político), a participação política vem como "uma variação contínua que inclui atividades formais e informais, até aquelas que utilizam de meios "socialmente questionáveis" tais como confrontos e invasão de prédios" (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Do ponto de vista pluralista, Robert Dahl (1981) identifica em seus estudos a tendência de que nem todos os indivíduos interessam em participar ativamente de todos os processos de decisão. Ao definir quatro categorias diferentes em relação a esta observação (os apolíticos, os políticos, aqueles que buscam o poder, e aqueles que detêm o poder), Dahl coloca que ainda há uma pequena parcela desta população que:

acredita que sua participação pode alterar os resultados e as decisões políticas, de modo que os sentimentos de autoconfiança e de eficácia

⁴ Verbete "participação política" do Dicionário de Política organizado por BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1988.

peçoal estão associados ao alto grau de participação (DAHL, 1981 apud AMORIM, 2007, p. 369)

Se levarmos em consideração que os processos democráticos não estão fixados somente através do voto e sim, na conscientização da população de que é possível a realização da construção e resolução coletiva das demandas, a busca de conceitos de participação que comportem características referentes não somente “ao número de vezes que os cidadãos participam, mas às formas como participam e, mais especificamente em nome de que e de quem participam” (PINTO, 2004, p. 103) e também o quanto se sentem integrantes dos processos o qual estão participando, pode ser contemplado pelo excerto abaixo, retirado do Relatório divulgado pela Rede Interamericana para a Democracia, "participar es ser parte, tener parte, tomar parte, y esto implica tres condiciones básicas: involucramiento, compromiso y sentido de identidad. La participación tiene como fin influir, pero influir en los procesos de toma de decisiones" (RID, 2005).

Assim, a participação efetiva se dá quando o cidadão pode "apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso da ação estabelecida pelas forças constituídas e formular cursos de ação alternativa" (Filla e Battini, 1993 apud LYRA, 1998, p. 12).

Desde visões clássicas de participação como representação (via autorização eleitoral) até a perspectiva da participação em pequenas esferas da vida cotidiana, a confusão sobre a compreensão destes conceitos, pode ser encontrada tanto no discurso dos estudantes que há pouco entraram na universidade (onde sua participação na vida política, em grande parte, resume-se ao voto), quanto no posicionamento e atitudes dos estudantes que já são mobilizados e ocupam espaços dentro do movimento estudantil.

Hipoteticamente, o estudante poderia estar inclinado a participar das atividades dentro do movimento estudantil, não somente delegando a outros (através do voto) que o façam, mas também incorporando formas de empoderamento nas atividades que está exercendo (pois, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados se tornam para fazê-lo). Porém, quando analisamos a participação relacionada ao alcance dos objetivos do movimento

estudantil, de acordo com o discurso e da prática a serem utilizados e, de quem é o receptor desse discurso, as respostas podem ser diferenciadas. Assim, podemos sintetizar as formas que os estudantes percebem-se fazendo parte dos processos políticos dentro da universidade, nos seguintes termos:

- processos de representação – quando nos referimos ao envolvimento em processos eleitorais e de militância profissional (tanto internos, como escolha dos representantes de centros e diretórios acadêmicos, quanto externos, como campanhas eleitorais);
- processos de participação direta – onde o próprio estudante está presente em reuniões, assembleias, passando pela construção e organização dos espaços de discussão sobre processos políticos e/ou ações de extensão, apresentando, debatendo e deliberando sobre as questões pertinentes ao ambiente universitário.

Uma das principais vertentes de análise da crise de representatividade no Brasil trata dessa problemática desde a ótica político-partidária. Nesse sentido, alguns autores apontam para a existência de um distanciamento entre partidos políticos e suas bases. Segundo Severo (2007),

tende a ser caracterizado como um sistema composto por um excessivo número de partidos políticos, sem enraizamento social e com alto índice de fragmentação partidária. Os partidos são pouco coesos, indisciplinados e organizados fundamentalmente para atender interesses pessoais de alguns líderes. (SEVERO, 2007, p. 52)

Constata-se também no contexto da crise da representatividade, um distanciamento entre a atuação dos cidadãos através de sua participação na política da eventual solução dos problemas sociais, como afirma COSTA (2010) ao citar Moisés (2005)

o distanciamento entre a participação política e a resolução de problemas sociais, cria a sensação de impotência no eleitor do que, cada vez mais, sente-se alijado das decisões políticas. Daí a apatia

que se traduz na maior parte das democracias políticas ocidentais, no aumento da abstenção. Desta forma abre-se espaço ao desencanto, a apatia e até a hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas. (MOISÉS, 2005 apud COSTA, 2010, p. 291)

O período de transição democrática no Brasil é marcado pelo retorno do pluripartidarismo como forma de organização do sistema partidário brasileiro, assim como pela descrença dos cidadãos em relação vários aspectos da política institucionalizada. Como Dias aponta:

Desde a década de 1970, entretanto, a literatura acadêmica vem se ocupando em diagnosticar e encontrar soluções para o que ficou conhecido como a crise da representação política, ou ainda, da própria democracia representativa. Elites políticas encasteladas, apatia política dos cidadãos em geral, ausência de accountability são algumas das evidências apontadas como sendo características da disfunção do mecanismo representativo da democracia. (DIAS, 2004)

Assim, falar sobre as características de crise dentro do movimento estudantil, é retomar principalmente quatro características que, mesmo pouco trabalhadas nas produções recolhidas na revisão da literatura, podem ser percebidas empiricamente: o distanciamento entre movimento estudantil e os estudantes; falta de legitimidade do movimento; aparelhamento e, pouco envolvimento dos estudantes.

Mesquita (2003b) destaca dois pontos que podem caracterizar o distanciamento e falta de mobilização e organização dos estudantes no movimento estudantil: fatores externos (além da crise da representatividade, a apatia, individualismo) e fatores internos (aparelhamento partidário, hierarquização das estruturas), exemplificado com a multiplicação de grupos políticos dentro da universidade (sejam em forma de coletivos/base estudantil de organizações ou na ocupação de espaços institucionais como os centros acadêmicos).

No caso do objeto de análise, o período atual pode ser caracterizado como sendo de apatia entre os estudantes perante o movimento estudantil, isto é, um desinteresse inclusive frente a

questões que afetam diretamente seu futuro desempenho profissional, como aquelas relacionadas com a falta de infraestrutura de muitas instituições de ensino superior ou a inadequação dos currículos acadêmicos.

Ademais, muitas das organizações estudantis atualmente presentes no meio acadêmico acabam reproduzindo muitas das características presentes no sistema político geral, como a excessiva autonomia das formas de representação, o aparelhamento das entidades, desestruturação instâncias de base, ausência de diálogo com os estudantes, etc.

Nesta direção, Marcos Ribeiro Mesquita, após analisar as teses e intervenções de estudantes no 46º CONUNE (Congresso da UNE - União Nacional dos Estudantes), salienta que:

Todas as teses se referiram à crise do movimento estudantil enquanto ator catalisador de uma ação coletiva mais efetiva. Os sintomas do enfraquecimento da representatividade das entidades estavam inscritos na fala dos militantes. Havia uma manifestação de descontentamento... (MESQUITA, 2003, p. 122).

Diferentemente do que alguns autores indicam, que “os movimentos estudantis, (...) necessitam dos partidos políticos para, frente ao Estado, reivindicarem seus interesses” (KRUSCHEWSKY e MEDRADO, 2009, p. 05), atualmente percebe-se que a presença dos partidos políticos dentro do movimento tem dificultado a organização do mesmo decorrente alguns fatores, tais como:

- Sobreposição de interesses – quando as disputas deixaram de ser pelos interesses decorrentes das pautas e demandas vindas das necessidades dos estudantes, e passaram a ser entre os partidos que assumiram as lideranças estudantis, como cita Freire (2010) "Ao filiar-se a outros movimentos, há uma divisão de interesses, pois o movimento se alinha a diversos partidos e alinha seus interesses específicos participando de uma agenda política mais ampla" (FREIRE, 2010, p. 27);
- Vanguardismo e oportunismo - principalmente nos espaços de maior visibilidade dentro do ME, militantes que são

filiados a partidos (e estão atuando sob instrução do partido dentro do ME) tomam posição de liderança nesses espaços, utilizando-os como trampolim político;

- Falta de envolvimento de parte dos estudantes - discentes que não mantem vínculo ativo com o ME, mas ao incorporarem as dimensões da crise da representatividade apresentadas anteriormente neste trabalho (principalmente a desconfiança nos políticos e o distanciamento dos partidos de suas bases) acabam por refleti-las no seu descaso com os processos de construção do movimento, participando do mesmo somente por meio do voto;

Andreza Barbosa, em seu trabalho sobre a desarticulação do movimento estudantil nas décadas de 80 e 90, coloca que a relação entre os estudantes que são filiados a partidos e o movimento estudantil, não é necessariamente uma questão negativa, tornando-se às vezes necessária dentro do movimento estudantil, mas:

O que não é adequado é o aparelhamento do movimento estudantil aos partidos políticos, ou seja, quando os interesses do movimento estudantil são deixados de lado para se assumir a disputa entre os partidos que assumiriam as lideranças estudantis (BARBOSA, 2008, p. 12).

Como demonstra Mesquita (2006), “certamente, a forte institucionalização desses movimentos e certa colonização dos partidos em seu interior, interferiu na diminuição da identidade entre movimentos e base” (p. 20), a presença dos partidos políticos dentro do movimento estudantil tem gerado consequências como o aparelhamento do mesmo, com a repetição dos vícios partidários como o aumento da diferenciação entre representantes e representados. Além disso, Mesquita ainda cita que

Criou-se, assim, uma cultura de aparelhamento das entidades estudantis que reforçou no interior do movimento estudantil um habitus político muito ligado à política tradicional e suas formas de atuar, o que acabou, de certa forma, distanciando as entidades do estudante comum que não conseguia dominar esse tipo de linguagem política (MESQUITA, 2006, p. 229)

O movimento estudantil, além de reproduzir a hierarquização e luta pela manutenção de poder por meio da disputa de cargos, está cada vez mais despolitizado, como aponta Luís Roberto Tenório, em entrevista ao Projeto Memória do Movimento Estudantil: “O movimento estudantil hoje peca pela despolitização, resquício da década de 1970, quando ele foi amordaçado” (TENÓRIO, 2005).

Além disso, no interior das universidades, há um afastamento – no sentido de falta de engajamento, não identificação e não reconhecimento – da maioria dos estudantes, dos seus órgãos de representação (Centro Acadêmico – C.A e Diretório Central dos Estudantes – DCE). Como forma de visualizar este afastamento, no próximo capítulo, procurou-se analisar os documentos reguladores (estatutos) de 14 DCE's espalhados pelo Brasil, com objetivo de identificar quais seriam os espaços que mais afastam estes estudantes.

A REPRESENTAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DESDE A ÓTICA DOS ESTATUTOS DAS ENTIDADES

O objetivo inicial desta pesquisa (quando da construção do projeto de TCC), era aplicar um instrumento de pesquisa tipo *survey* (composto de perguntas preponderantemente fechadas e algumas abertas, totalizando 33 questões), numa população de 30 gestões de DCE's (Diretório Central de Estudantes) em exercício no ano de 2012 nas Universidades Federais e Estaduais brasileiras. Porém, devido a greve nacional das três categorias que formam a universidade contemporânea em grande parte das universidades brasileiras, não foi possível realizar coleta inicial dos dados, inviabilizando a continuidade do projeto original.

Consequentemente, uma nova estratégia de pesquisa foi executada: a partir da amostra previamente selecionada para aplicação do questionário procurou-se analisar os estatutos destes DCE's, sendo esses os principais documentos relacionados diretamente a descrição e funcionamento destas organizações. Além disso, torna-se necessário conhecer como os desenhos institucionais são estruturados de maneira a incorporar os estudantes na deliberação sobre as questões dentro do movimento estudantil.

A fim de calcular a amostra para a referida pesquisa, foi

considerado (em cima do número total de instituições federais e estaduais de ensino - 98) que, além de possuírem DCE, deveriam ter os estatutos disponíveis de forma “online”, totalizando o número de 57 instituições de ensino, onde foram divididos pela amostra 14 (número aleatório). O resultado (4,07) foi utilizando como intervalo aleatório da amostra, verificando a tabela de números aleatórios, determinou-se a primeira universidade a ser trabalhada e, utilizando o intervalo amostral, verificou-se em uma listagem as demais universidades nas quais que seriam analisados os respectivos estatutos, totalizando 14 DCE's.

QUADRO 1. Amostra selecionada de Universidades

UNIVERSIDADE	SIGLA	REGIÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	UFMS	CENTRO-OESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	NORDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	NORDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	NORDESTE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	NORTE
UNIVERSIDADE RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	NORTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC PAULISTA	UFABC	SUDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	SUDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	SUDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	SUDESTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	UFCSPA	SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	SUL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	SUL

FONTE: elaboração própria.

Mesmo utilizando-se da amostragem aleatória simples (técnica que permitiu que todas as universidades possuísem a mesma probabilidade de pertencerem a amostra), a escolha dos DCE's corria

o risco de ficar desigual. Porém, verificamos a partir do quadro acima que todas as regiões do Brasil foram contempladas na escolha das universidades que formariam a população a ser estudada. A região Norte, representada pela UEPA e UFRA; região Nordeste pela UFC, UFMA e UFRN; o centro-oeste pela UFMS; o sudeste, pela UFABC, UFF e UFU e, por fim, a região Sul representada pela FURG, UFCSPA, UFSM e Unioeste.

A fim de criar categorias para facilitar a análise dos estatutos, levou-se em consideração uma série de indicadores após análise prévia de dois estatutos: a) possuir ou não CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica); b) reconhecimento da UNE como entidade representativa de todos os estudantes do Brasil; c) as instâncias deliberativas de cada DCE (e na instância soberana, quem tem direito a deliberar sobre as questões referentes ao movimento); d) em que espaço de deliberação se definem as políticas das gestões e, por fim, quando existente, e) quais as principais funções dos Conselhos que congregam as demais instituições representativas dos estudantes (CA's e DA's). Os dados categorizados podem ser observados nos quadros a seguir.

QUADRO 2. Informações dos Estatutos (parte 01)

UNIVERSIDADE	a) TEM CNPJ	b) RECONHECE UNE	c) INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS			
			ASSEMBLEIA GERAL	CONGRESSO	CONSELHO	DIRETORIA
UFMS	SIM	NÃO MENCIONA	(3) SIM	(1) SIM	(2) CEB	-
UFC	NÃO	SIM	(1) SIM	(2) SIM	(3) CEB	-
UFRN	NÃO	NÃO MENCIONA	(2) SIM	(1) SIM	(3) CEB	(4) DIRETORIA
UEPA	NÃO	NÃO MENCIONA	(2) SIM	(1) SIM	(3) CEB	-
UFMA	NÃO	NÃO MENCIONA	(2) SIM	(1) SIM	(3) CEB	(4) DIRETORIA
UFRA	NÃO	SIM	(1) SIM	-	(2) CEB	(3) DIRETORIA
UFABC	NÃO	NÃO MENCIONA	(1) SIM	-	-	(2) DIRETORIA
UFF	NÃO	NÃO MENCIONA	(2) SIM	(1) SIM	(3) CDC	(4) DIRETORIA
UFU	NÃO	SIM	(1) SIM	-	(2) CEB	(3) DIRETORIA
UNIFEI	NÃO	NÃO MENCIONA	(1) SIM	-	(2) CEE	-
FURG	SIM	SIM	(2) SIM	-	(1) CONSELHO DE CA's e DA's	(3) DIRETORIA
UFCSPA	NÃO	NÃO MENCIONA	(1) SIM	(2) SIM	(3) CEB	(4) DIRETORIA
UFSM	NÃO	SIM	(2) SIM	(1) SIM	(3) CEB	(4) DIRETORIA
UNIOESTE	NÃO	NÃO MENCIONA	(1) SIM	-	(2) CODE	(3) DIRETORIA

FONTE: elaboração própria a partir da análise dos estatutos.

Referente à primeira questão (sobre possuir ou não CNPJ) percebeu-se que apenas duas das 14 instituições pesquisadas possuíam registro no cadastro nacional de pessoas jurídicas, evidenciando que grande parte dos DCE's não possui registro de seus estatutos em Cartório de Registros de Títulos e documentos, pois segundo a legislação vigente – Lei 6.015/73, art. 121. Código Civil, art. 1.151 – para se registrar uma associação, um dos documentos solicitados é o número do CNPJ. Cabe ressaltar que, um estatuto não registrado torna-se frágil e de fácil alteração, porque não há nenhum empecilho jurídico que possa impedir as mudanças (a não ser os presentes no próprio estatuto).

A categoria referente à letra b, relativo ao vínculo dos DCE's à UNE (união nacional de estudantes), tinha por objetivo verificar até que ponto as discussões sobre a falta de representatividade da UNE influênciam diretamente na organização dos diretórios centrais. O resultado foi significativo, pois cinco dos 14 DCE's descrevem em seus estatutos reconhecer (e/ou serem filiados) a instituição nacional como entidade representativa de todos os estudantes do Brasil. Porém, cabe salientar que esta inferência não está levando em consideração as forças políticas presentes em cada universidade que possam servir como meio de pressão para manutenção desta filiação. Pertinente foram os dados relacionados às instâncias deliberativas (letra c), pois dois dos quatro espaços presentes nos desenhos institucionais dos DCE's fazem frente como locais soberanos de deliberação: as Assembleias Gerais e os Congressos de Estudantes.

QUADRO 3. Informações dos Estatutos (parte 02)

UNIVERSIDADE	DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS	INSTÂNCIA MÁXIMA DE DELIBERAÇÃO	FUNÇÃO DO CEB
UFMS	CONGRESSO	DELEGADOS (quantidade definida pelo estatuto)	Fiscalizar os atos da Diretoria em matéria acadêmica e disciplinar; Apresentação de contas e balanço patrimonial.
UFC	CONGRESSO	ASSEMBLEIA (quórum de 5% dos associados)	Fiscalizar as atividades da diretoria; Deliberação quando não há tempo hábil para assembleias.
UFRN	CONGRESSO	DELEGADOS (quantidade definida pelo estatuto)	Assessoramento da diretoria; criação de grupos de trabalho, quando necessários.
UEPA	CONGRESSO	DELEGADOS (escolhidos pelo regimento interno)	Fiscalização administrativa e financeira.
UFMA	CONGRESSO	DELEGADOS (forma de escolha definida pelo CEB)	Reformar, em grau recursal, deliberações da diretoria colegiada do DCE-UFMA, excetuando-se os assuntos de competência exclusiva da diretoria.
UFRA	-	-	Deliberar sobre qualquer assunto, exceto alterar este estatuto, destituir membros da diretoria e dissolver o DCE.
UFABC	ASSEMBLEIA	ASSEMBLEIA (2/3 dos presentes)	Não Possui.
UFF	CONGRESSO	DELEGADOS (regras definidas no regimento interno)	Reconhecer as deliberações do Conselho de Assistência Estudantil.
UFU	ASSEMBLEIA	ASSEMBLEIA (maioria simples dos presentes)	Fiscalização administrativa e financeira; reformar o estatuto.
UNIFEI	CONSELHO	-	Apresentação da prestação de contas e aprovar o relatório anual de atividades.
FURG	CONSELHO DE DA's e CA's	COORD. DCE e COORD. dos CA's e DA's (ou representantes legais)	Determinar política universitária.
UFCSPA	CONGRESSO	ASSEMBLEIA (maioria simples dos presentes)	Fiscalização administrativa e financeira.
UFMS	CONGRESSO	DELEGADOS (regras definidas no regimento interno)	Fiscalização, órgão consultivo, além de acompanhar e fiscalizar a atuação dos representantes discentes.
UNIOESTE	CONSELHO	ASSEMBLEIA (maioria simples dos presentes)	Fiscalizar e dar pareceres sobre os relatórios e prestações de conta da Diretoria.

FONTE: elaboração própria a partir da análise dos estatutos.

Assembleias gerais são marcadas pela diversidade de ideias e de grupos políticos presentes com o objetivo de deliberar sobre as pautas determinadas. Porém, mesmo encaixando teoricamente nos processos de participação direta, ainda estão inclusos em estruturas hierarquizadas e representativas, como demonstrado através dos dados recolhidos, onde 50% dos diretórios centrais a consideram instância deliberativa soberana.

Já os Congressos de Estudantes (segunda instância deliberativa mais presente nos diretórios centrais), demonstram um processo de dupla representação: representação política por autorização e, da

perspectiva do "modelo representativo de democracia". Referente ao primeiro processo, os congressos são marcados pela escolha de delegados eleitos diretamente em suas "bases" (nem todos os estatutos deixavam claro que a escolha dos delegados deve ser via eleição por voto secreto), sendo assim, autorizados pelos estudantes de seu curso, para tornarem-se "suas vozes" no Congresso. Após esta etapa, um segundo processo de representação é verificado, sendo caracterizado pelo modelo representativo de democracia alinhavado por Urbinati (op. cit.), onde os delegados escolhidos além de representar os estudantes do curso específico que o escolheu, tem o direito de deliberar sobre como o DCE deve se posicionar referente aos diferentes temas do movimento estudantil, além da escolha das diretrizes e políticas do Diretório, durante o ano (objetivo fundamental dos congressos).

Entretanto, um dos dados que mais chamaram atenção, refere-se aos CEB's – Conselhos de Entidades de Base (de centros e/ou diretórios acadêmicos). Teoricamente, seriam os espaços de maior concentração de diferentes visões e opiniões de todos os estudantes da universidade, pois todos os cursos estariam representados, mas além de expor, como nos Congressos, processo de dupla representação, os CEB's afunilam ainda mais a participação direta dos estudantes nas deliberações, pois em todos os conselhos, somente quem tem direito de voto são os coordenadores/presidentes dos CA's e DA's (ou ainda os representantes legalmente eleitos).

Além disso, uma das funções do CEB que mais se destacou (presente em praticamente todos os casos) foi a de ser um órgão "fiscalizador e avaliação". Possuir a responsabilidade de organizar e apresentar a prestação de contas periodicamente, além de regular a administração da diretoria, faz do CEB um mecanismo de *accountability* do DCE, possibilitando a responsabilização daquelas pessoas que ocupam os cargos executivos da diretoria, perante a comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolher o tema do movimento estudantil brasileiro, como trabalho de conclusão de curso, se tornou uma sequência de desafios. Objetivou-se, em um primeiro momento, na busca de um conceito

fechado de *movimento estudantil*. Porém, desde o seu início não foi possível encontrar este conceito fechado, deparando-nos com uma diversidade de tipos de publicações sobre o tema (desde trabalhos de conclusão à teses de doutorado, além de artigos apresentados em congressos), quanto nos conteúdos sintetizados em 11 dimensões para análise. Além disso, muitos estudos sobre movimento estudantil configuram-se como objeto de análise do período entre 1964-1985 (Regime Militar no Brasil), evidenciando a importância do movimento estudantil como um dos movimentos de resistência à ditadura militar, resposta dos estudantes brasileiros à intervenção militar nos espaços acadêmicos.

O segundo desafio está ligado a composição da amostra desta pesquisa. Poucos trabalhos encontravam-se indexados em portais oficiais como o *Scielo* e os *Periódicos Capes*, o que dificultou o início das análises. Assim, além da busca de outras bases de dados (como o *GoogleAcadêmico*), outros recortes foram necessários.

Após análise da literatura selecionada para esta pesquisa, observou-se que poucas produções abordavam o tema da participação e representação política, ou ainda de uma participação direta dos estudantes nos espaços em questão, debatendo e deliberando sobre as questões pertinentes ao movimento estudantil.

Estudos sobre as estruturas que compõem a organização do movimento estudantil contemporâneo ainda são escassos. Tal constatação pode ser observada nos documentos analisados nesta pesquisa (tanto as produções acadêmicas referentes ao movimento estudantil brasileiro, quanto os estatutos das entidades selecionadas), pois não permitiram verificar formas alternativas de participação, ou ainda espaços de participação política que não estejam relacionados à democracia representativa.

A análise dos estatutos de 14 Diretórios Centrais de estudantes (DCE's) permitiu uma avaliação sobre os espaços de representação nestas entidades. Verificou-se que os CEB's (conselhos de entidades de base) e os Congressos de estudantes (canais soberanos de deliberação dos estudantes dentro dos DCE's), ainda incluem-se na lógica eleitoral de um movimento estudantil tradicional, marcado por processos de representação no qual está presente a escolha de representantes e a militância profissional, pois, além da necessidade de uma autorização prévia para estar presente nestes espaços,

percebe-se uma sobreposição de interesses entre alguns dos objetivos principais do movimento estudantil (identificação de demandas do ambiente educacional) e, os objetivos dos "militantes profissionais" ao planejarem suas ações a partir da formação adquirida dentro dos círculos partidários.

Assim, a presente pesquisa apresentou um resgate inicial de estudos sobre o movimento estudantil brasileiro, a partir dos critérios apontados anteriormente, relacionado com o campo da Ciência Política contemporânea, abrindo espaço para que outros trabalhos sejam produzidos a partir da perspectiva elaborada nesta investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Salete Souza de. Cultura Política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná. Tese (Doutorado em Ciência Política), 238p., Porto Alegre, UFRGS, 2006.

ARTURI, Carlos Schmidt. O regime democrático no Brasil: Notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.163-176, jan-jun, 2011.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **Ecoos Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.97-121, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097006>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARBOSA, Andressa. O movimento estudantil brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: GROppo, Luís Antonio; ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otavio Luiz. **Movimentos Juvenis Na Contemporaneidade**. Recife: Universitária da Ufpe, 2008. Cap. 3, p. 53-65.

COCCO, Giuseppe. **Mundo Braz**: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COSTA, Homero. Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos. **Cronos**, RN, v. 11, n. 1, p.274-294, 2010. Jul-ago. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/1700/1172>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Tradução Sérgio Bath. Brasília, Ed. UnB, 1981.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DIAS, Marcia Ribeiro. Democracia e novas formas de participação política. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 205-209, 2004. Jul-dez. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11/1621>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FONSECA, Mônica Padilha. O movimento estudantil como espaço dialógico de formação. 2008. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Unb, Brasília, 2008.

FREIRE, Pauline. **O Movimento estudantil revisitado**: uma análise da prática social, da ideologia e da hegemonia no gênero entrevista. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSJ, São João Del Rei, 2010.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Colômbia, Vol. 11, 2008, pp. 131-146, 2008.

GARCIA, Priscila Fernanda da Costa. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2010, Londrina. **Anais I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: Uel, 2010. p. 61 - 70. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. As meninas de ibiúna, militantes e oprimidas: mulheres e esquerda no congresso estudantil de 1968. In: IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2010, Londrina. **Anais IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina: Uel, 2010. p. 54 - 62. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 3ª edição São Paulo: Cortez, 1999.

KINZO, Maria D'alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, Outubro-dezembro, 2001.

KRUSCHEWSKY, Camyle Serafim; MEDRADO, Ivan Gomes. **A Influência Recíproca entre Partidos Políticos e Movimentos Estudantis**. Paraná Eleitoral, Paraná, n. 71, p.1-3, out. 2009.

LIMANSKI, Tiago; DEITOS, Roberto Antônio . **O neoliberalismo e os movimentos sociais**. Educere Et Educare , v. 01, p. 239-243, 2006.

LYRA, Rubens Pinto. Teorias clássicas sobre a democracia direta e a experiência brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, v. 35, n. 140, p. 11-16, out./dez. de 1998. Disponível em: < www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/413 >. Acesso em: 25 mar. 2012.

MACHADO, Mônica Mata; CARNEIRO, Regina Maria Dias. **Orientação Pedagógica: Partidos políticos e participação política: Currículo Básico Comum – Sociologia Ensino Médio**. Centro de Referência Virtual do Professor – SEE-MG / Março 2009. Disponível em: < https://goo.gl/MDR9Xu >. Acesso em: 25 mar. 2012.

Mair, Peter . **Os partidos e a democracia**. *Análise Social*, XXXVIII:167, 277-293, 2003.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Juventude e Movimento Estudantil: Discutindo as Práticas Militantes. **Sociedade Brasileira De Psicologia Política: Psicologia Política**, São Paulo, v. 03, n. 05, p.89-120, jun. 2003a. Semestral.

_____. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n. , p.117-149, out. 2003b.

_____. Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. PUC-SP, 377p. , Doutorado em Psicologia Social, São Paulo: SP. Tese (Doutorado) 2006.

_____. **Movimento Estudantil Brasileiro: o desafio de recriar a militância**. Disponível em: < https://goo.gl/uzA659 >. Acesso em: 25 mar. 2012

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-193, fev. 2003.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da une à cena pública (1969-1979)**. 2010. 3 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Usp/sorbonne, São Paulo, 2010.

NOVARO, Marcos. **Representación y Liderazgo en las Democracias Contemporáneas**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2000.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, Agência e Estado** – Teoria com intenção comparativa. Ed. Paz e Terra, 2011.

PATEMAN, Carole. **Teoria democrática e participação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 160 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Espaços deliberativos e a questão da representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p.97-113, fev. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<http://bit.ly/rJ3Q8k>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

PITKIN, Hanna Fenichel. REPRESENTAÇÃO: PALAVRAS, INSTITUIÇÕES E IDÉIAS. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p.15-47, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

RID – **Rede Interamericana de Democracia**. Índice de Participação Cidadã. Relatório Regional. Buenos Aires, Setembro, 29p.

SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1988.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SEVERO, Ana Olímpia Celso de Miranda. **Apreciação histórica da formação dos partidos políticos brasileiros**. 59 f. Projeto (Curso De Especialização Em Ciência Política) – Unicamp, Recife, 2007.

SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro da. **Movimento estudantil e cidadania**. UNEAL, Santana do Ipanema, 09 nov. 2006.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

TENÓRIO, Luís Roberto. Luís Roberto Tenório: depoimento. Entrevistadora: Ana Paula Goulart. Entrevista concedida ao **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. 07 de junho de 2005.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p.191-228, 2006.